



Anais da Assembléia

Nº 74

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kliese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volkmir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Meilo; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e João Iensen.

As dezesseis horas e dez minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Antonio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zannusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Mcura, Geraldo Cartário, João Iensen, Osvaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço. (42) Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Alceu Swarowski, Cezar Silvestri, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Ernani Pudell, Hermas Brandão, João Preis, José Alves, Mário Bezerra e Nilton Barbosa (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 835

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 01.06.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Votação em Separado, à Proposição nº 058/91, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 196/91, de autoria deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 01.06.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votação em separado à Proposição nº 065/91, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 283/91, de autoria deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 01.06.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das Proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando voto em separado à Proposição nº 065/91, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 283/91. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o destaque, queiram levantar-se.

15 Senhores Deputados aprovam o destaque.

Os Senhores Deputados que rejeitam o destaque, queiram levantar-se.

13 Senhores Deputados rejeitam o destaque.

Aprovado o Destaque.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando votação em separado à Proposição nº 058/91, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 196/91. Aprovado.

Vou submeter à votação a matéria

constante da Ordem do Dia, excluindo os destaques já aprovados.

O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito de Vossa Excelência por gentileza, que nos informe mais uma vez qual o veto que nós estamos apreciando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Excluídos os Projetos 58/91 e 65/91, todos os demais projetos constantes da Ordem do Dia, da 16ª Sessão Extraordinária de hoje.

O SR. 1º SECRETARIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação do veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 33 (trinta e três) Senhores Deputados votaram.

Designo Comissão composta pelos Deputados Antônio Annibelli, Oswaldo Trevisan e Plauto Miró Guimarães, para que compoñham a Comissão Escrutinadora.

Votaram 33 Senhores Deputados.

13 pela manutenção do Veto; 16 pela rejeição do Veto; 1 branco e 3 nulos.

Branco, 1; nulos, 3.

Estão mantidos os vetos objeto da Votação.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 053/91, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 250/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SOLIDARIEDADE, com sede nesta Capital. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/SAT/Nº 246/91

Curitiba, 11 de setembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 153/91, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 250/91, em razão do fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 9.505, de 28 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial do Estado, da mesma data.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo à essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar à

Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 250/91 foi publicado no D.A. nº 70 de 17.06.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 53/91

P A R E C E R:

Usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, VII, e no prazo previsto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, o Governador do Estado vetou, na sua íntegra, o Projeto de Lei nº 153/91, de autoria de Deputado Geraldo Cartário, em razão da matéria já ser objeto da lei nº 9.505/90

Assim, somos de parecer favorável à sua manutenção.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da proposição nº 054/91, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 116/91, de autoria do Deputado João Preis, que autoriza o Poder Executivo a criar e incentivar a criação de 10 escolas profissionalizantes, no setor têxtil e de confecção de artigo em couro, nas cidades polo da Região Noroeste do Estado. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/SAT/Nº 155/91

Curitiba, 11 de setembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 155/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 116/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar 10 (dez) escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos de couro, nas cidades polo da Região Noroeste e 6 (seis) escolas em cidades da região Oeste do Estado.

O veto apostado ao Projeto de Lei em referência decorre de sua inconstitucionalidade, tendo em vista que a pretendida criação das dezesseis unidades de ensino que menciona, virá, sem qualquer dúvida, modificar a estrutura da Secretaria de Es-

tado da Educação. Esse fato, em si mesmo, demonstra tratar-se de matéria cujo início do processo legislativo, segundo dispõe o art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Ademais, não obstante a apontada inconstitucionalidade do Projeto nº 116/91, vale mencionar que a Secretaria de Estado da Educação, analisando o assunto, emitiu opinião contrária à criação de tais escolas, porque à medida e pela forma como está posta, desatende normas emanadas do Conselho Estadual de Educação, através de sua Deliberação nº 30/80, de 19 de novembro de 1980, com base em princípios de legislação federal, onde são detalhadamente definidos critérios e condições para criação de unidades de ensino de tal natureza.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo à essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar à Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 116/91 foi publicado no D.A. nº 30 de 08.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 054/91

P A R E C E R:

A Proposição-Veto em exame, comunicada a esta Casa de Leis através do Ofício DTL/SAT nº 255/91, tem por objetivo vetar integralmente o Projeto de Lei nº 116/91, de autoria do nobre Deputado João Preis, que visa autorizar o Poder Executivo a criar e incentivar a criação de 10 (dez) escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos em couro, nas cidades polo da região Noroeste do Estado.

Cumprindo atribuições conferidas pelo Art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, o Veto governamental aposto ao Projeto de Lei nº 116/91, teve fundamentos no Art. 66, inciso IV, da Carta Magna Estadual, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de ser apreciada pelo Egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL à tramitação processual legislativa da proposição em tela.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 055/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 129/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do Município de Xambrê, conforme especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. - Mantido o veto.

OF/DTL/SAT/Nº 256/91

Curitiba, 11 de setembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 157/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 129/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a "reverter ao patrimônio do município de Xambrê o lote nº 12, da Quadra nº 24, daquele município e comarca, cujo instrumento está lavrado às fls. 102, vº/103, vº do Livro E-8, do Cartório de Notas do Tabelião Aristóteles Coelho Rosa, de Xambrê, em 27 de abril de 1970, transcrita sob nº 10.042, do Livro 3-I, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama."

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre da inadequada forma jurídica pela qual o legislador pretende fazer o questionado imóvel retornar ao patrimônio do Município de Xambrê. No caso, não cabe a figura da "reversão", porque tal lote de terreno foi integrado ao patrimônio estadual, por doação daquela municipalidade, sem que, da respectiva escritura, constasse qualquer condição resolutiva que, se descumprida, pudesse ensejar aplicação do processo de uma pura e simples reversão.

Por outro lado, vale frisar que o veto aposto não afasta a possibilidade de realização de estudos pelos órgãos próprios do Poder Executivo, com vistas a que, pela via jurídica adequada, tal imóvel venha a retornar ao patrimônio de Xambrê.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 129/91, encontra-se publicado no D.A. nº 31, de 09.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 129/91

V E T O

O Executivo Estadual negou sanção ao plano de lei "sub examine", por não tratar a espécie de "reversão". Tanto não se estipulara, nos instrumentos da doação (Escritura pública e respectivo Registro) qualquer condição resolutive expressa.

Efetivamente, pelo documento acostado às fls. 03, Transcrição nº 1866, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Xambrê, vê-se que as "condições" são as da Escritura e esta não foi anexada pelo ilustre subscritor do projeto de lei.

Ocorrendo que a mencionada escritura pública não prevê cláusula de "reversão expressa", dela não se poderia cogitar, na forma dos artigos 1165 e 1174, do Código Civil.

Por outro lado, vem ao encontro da pretensão do autor, Mensagem Governamental nº 60/91, de 06.08.91, propondo a doação pura e simples dos mesmos lotes àquela municipalidade. Conversão, sob color de fungibilidade.

Nestas condições, não havendo prejuízo à tramitação normal da matéria e manifesta a ausência de cláusula expressa de "reversão", opinamos favoravelmente à manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 056/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 128/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do Município de Xambrê, conforme especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. - Mantido o veto.

OF/DTL/SAT/Nº 257/91

Curitiba, 11 de setembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 156/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 129/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a "reverter ao patrimônio do município de Xambrê os lotes nºs 13, 14, 15, 16 e 17, da Quadra nº 24, daquele municí-

pio e comarca, cujo instrumento está lavrado às fls. 30, do Livro 73-P, do 7º Tabelião de Curitiba a Escritura Pública de Doação Lavrada no Tabelionato de Xambrê, no Livro E-13, fls. 24 e 25, transcrita sob o nº 1866, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis daquela mesma Comarca."

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre basicamente da inadequada forma jurídica pela qual o legislador pretende fazer os questionados imóveis retornarem ao patrimônio do Município de Xambrê. No caso, não cabe a figura da "reversão", porque tais lotes de terreno foram integrados ao patrimônio estadual, por doação daquela municipalidade, sem que, da respectiva escritura, constasse qualquer condição resolutive que, se descumprida, pudesse ensejar aplicação do processo de uma pura e simples reversão.

Por outro lado, é muito importante ressaltar que o Poder Executivo, atendendo reivindicações do Sr. Prefeito Municipal de Xambrê, enviou a essa Augusta Casa a Mensagem nº 60/91, de 06 de agosto p.p., onde está em tramitação, propondo a doação pura e simples desses mesmos lotes de terreno ao município de Xambrê, já que reversão, conforme foi dito, não caberia.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 128/91, encontra-se publicado no D.A. nº 31, de 09.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 128/91

V E T O

O Executivo Estadual negou sanção ao plano de lei "sub examine", por não tratar a espécie de "reversão". Tanto não se estipulara, nos instrumentos da doação (Escritura pública e respectivo Registro) qualquer condição resolutive expressa.

Efetivamente, pelo documento acostado às fls. 03, Transcrição nº 10042, 3-I, do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Xambrê, vê-se que as "condições" são as da Escritura e esta não foi anexada pelo ilustre subscritor do projeto de lei.

Ocorrendo que a mencionada escritura pública não prevê cláusula de "reversão expressa", dela não se poderia cogitar, na forma dos artigos 1165 e 1174, do Código Civil.

Por outro lado, vem ao encontro da pretensão do autor, Mensagem Governamental nº 60/91, de 06.08.91, propondo a doação

pura e simples dos mesmos lotes àquela municipalidade. Conversão, sob color de fungibilidades.

Nestas condições, não havendo prejuízo à tramitação normal da matéria e manifesta a ausência de cláusula expressa de "reversão", opinamos favoravelmente à manutenção do veto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 057/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 171/91, de autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal que interliga Castro a Cerro Azul, passando pelo Distrito de Socavão. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o veto.

OF/DTL/SAT/Nº 259/91

Curitiba, 16 de setembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 159/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 171/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal Castro-Cerro Azul, com extensão de 130 quilômetros, passando pelo Distrito de Socavão.

O plano de lei em exame não mereceu acolhimento devido ao fato de tal medida ter sido considerada desnecessária, tendo em vista informações prestadas pela Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Transportes de que:

1. A ligação Castro-Cerro Azul está prevista no Sistema Rodoviário Estadual, sob o código PR-364 e na situação física de "planejada". Esta situação não caracteriza uma jurisdição estadual, mas estabelece uma diretriz de planejamento.

2. No momento em que ocorrer a implantação deste trecho com as características técnicas exigidas para as rodovias do Sistema, este segmento passará automaticamente à jurisdição estadual com o Código PR-364".

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 171/91, encontra-se publicado no D.A. nº 50, de 09.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 057/91

PROJETO DE LEI Nº 171/91

P A R E C E R A O V E T O:

Sob nossa análise, a Proposição nº 057/91, consubstanciada pelo veto apostado pelo Sr. Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 171/91, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que propunha a estadualização da estrada municipal que interliga Castro a Cerro Azul, passando pelo Distrito de Socavão.

Sob o aspecto jurídico, o veto deu-se em observância aos prazos preconizados no § 1º, do art. 71, da Constituição Estadual, utilizando o Sr. Governador da prerrogativa que lhe é reservada pelo art. 87, VII, do mesmo instituto constitucional.

Neste sentido, encontra-se a matéria em condições de ser levada à soberana deliberação do egrégio Plenário.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 059/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 108/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo doar ao Senhor MANOEL ALVES, do Município de Formosa do Oeste, o imóvel que especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/SAT nº 261/91

Curitiba, 16 de setembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 147/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 108/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Senhor Manoel Alves o imóvel constituído da Chácara nº 16, do Bairro de Chácaras, Gleba Rio Verde-2, no Município de Formosa do Oeste.

A negativa de sanção decorre do fato de que o referido imóvel foi havido pelo

Estado do Paraná em arrecadação de herança, conforme decisão judicial proferida nos autos de arrolamento nº 228/71, do Juízo de Direito da Comarca de Formosa do Oeste.

Cabe esclarecer que, por força do Decreto Federal nº 8.207/45, bens do Estado, havidos na forma acima citada, não poderão constituir-se em objeto de doação, em virtude de sua vinculação ao desenvolvimento do ensino de 3º Grau. Porém, vale ressaltar que existe em fase final de tramitação, na esfera deste Poder Executivo, processo protocolado sob nº 252.093-1/89, em que o referido cidadão requer a regularização em definitivo do imóvel em questão, cujos estudos, após ultimados, poderão concluir pela sua alienação ao interessado, obedecidas as formalidades legais pertinentes.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo à essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 108/91, foi publicado no D.A. nº 30, de 08.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 59/91

P A R E C E R:

O governo do Estado, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, VII, da Constituição Estadual vetou, integralmente, o Projeto de Lei nº 108/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, o fazendo dentro do prazo previsto pelo art. 71, § 1º, da Carta Estadual, razão pela qual opinamos pela sua apreciação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 060/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 154/91, de autoria do Deputado ELIO LINO RUSCH, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 9.370 de 13/09/90, que cria o Município de Mercedes. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/SAT nº 262/91

Curitiba, 16 de setembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 148/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelên-

cia que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 154/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a criação, "ad referendum" do resultado do plebiscito, do Município de Mercedes, com território desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon e divisas que especifica.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame, decorre de sua inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente os mandamentos contidos no § 4º, do art. 18, da Magna Carta Federal e no inciso II, do § 1º, do art. 19, da Constituição Estadual, os quais estabelecem como requisito indispensável para a criação de Municípios, a consulta prévia mediante plebiscito, junto às populações diretamente interessadas. Portanto, tal inconstitucionalidade é flagrante, porque, prevendo o advento do pretendido novo Município "ad referendum" do plebiscito, estaria o Projeto de Lei ora vetado, dispensando aquele prévio requisito básico pelos dispositivos constitucionais antes mencionados.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo à essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 154/91, foi publicado D.A nº 43, de 25.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Analisando o Veto Governamental apostado ao Projeto de Lei nº 154/91, que objetiva a criação - "ad referendum" do resultado do plebiscito - do Município de Mercedes, com território desmembrado do Município de Cândido Rondon, temos o seguinte:

I - O Governador do Estado possui competência privativa, assegurada pela Constituição, para vetar Projeto de Lei, total ou parcialmente;

II - O Veto foi apostado no prazo constitucional;

III - Os Arts. 18, § 4º, da Constituição Federal e 19, § 1º, II, da Estadual, preceituam que para criação de Município deverá haver consulta prévia, mediante plebiscito, à população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada.

Diante do exposto, o Veto está em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis, ressaltando-se, no entanto, que o Município de Mercedes não deixará de exis-

tir legalmente, pois o mesmo foi criado, anteriormente, pela lei 9370, de 13 de setembro de 1990, publicada no D.O.E. 3351, de 17.09.90, necessitando, apenas de correções no referido Texto Legal, segundo Ofício DGC/DETRE nº 12/91, de 15 de março, do corrente, do IBGE.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 062/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 187/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que cria o memorial Marcos Augusto Enrietti, conforme especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/SAT nº 273/91

Curitiba, 01 de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 184/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 187/91, por julgá-lo, pela forma como está posto, inoportuno e inexecutável, contrário, portanto, aos interesses públicos, tendo em vista que as atuais instalações do TECPAR, estão sendo paulatinamente transferidas para sua sede na Cidade Industrial, situação esta que não oferece as necessárias condições para implantação do pretendido memorial.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo à essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar à Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 154/91, foi publicado no D.A. nº 54, de 25.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 187/90

P A R E C E R:

Na qualidade de Relator do Veto aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei 187/91, apresentado pelo nobre Deputado Neivo Berardin com a finalidade de prestar homenagem ao Professor Marcos Augusto Enrietti, verifica-se que o mesmo está em condições de ser apreciado por esta Assembléia Legislativa,

Curitiba, segunda, em 01.06.92

vez que está de acordo com os preceitos constitucionais que regem a matéria no que concerne à competência e prazo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 063/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 338/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que autoriza a Prefeitura de Terra Rica a utilizar as dependências do Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola, para implantação de Curso Supletivo Fase I e II. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o veto.

OF/DTL/SAT/Nº 331/91

Curitiba, 24 de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 242/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 338/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o uso de sete salas, no mínimo, do ginásio estadual Santo Ignácio de Loyola de Terra Rica, para funcionamento da escola municipal professor Santo Raul Menotti, visando a implantação do supletivo fase I e II, no período noturno.

A negativa de sanção ao plano de lei em causa decorre de pronunciamentos expendidos pela Secretaria de Estado da Educação, a qual, considerando a pretendida medida como contrária aos superiores interesses do ensino, asseverou que a cedência de eventuais espaços, virá, por certo, em futuro próximo, obrigar o Estado a construir salas de aula para a clientela escolar emergente, em número maior que as projeções normalmente feitas e até acima da capacidade orçamentária, mormente quando a cessão poderá prolongar-se por longo período de tempo, como seria no presente caso.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 338/91, encontra-se

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 338/91

P A R E C E R:

O ilustre Governador Roberto Requião, usando de atribuições da Constituição Estadual, vetou o projeto de lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, "por julgá-lo contrário ao interesse público", em razão dos motivos constantes de pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação.

O veto foi apostado conforme prevê a Constituição Estadual, dentro dos prazos legais.

Opinamos favoravelmente à sua apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 064/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 323/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia José Gonçalves D'Ávila, que liga os Municípios de São João do Ivaí a Godoy Moreira. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o veto.

OF/DTL/SAT/Nº 348/91

Curitiba, 26 de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 236/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 323/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia José Gonçalves D'Ávila, que liga o Município de São João do Ivaí ao Município de Godoy Moreira, numa extensão de 34 km.

O plano de lei em exame não mereceu acolhimento pelo simples fato de o Departamento de Estradas de Rodagem, segundo informações prestadas pela Secretaria de Estado dos Transportes, estar com sua capacidade operacional e orçamentária totalmente saturada e, portanto, sem condições de poder assumir quaisquer novos encargos, além daqueles considerados extremamente necessários e já programados.

Esses os motivos que me levaram a ve-

tar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 323/91, encontra-se publicado no D.A. nº 94, de 12.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 064/91

P A R E C E R:

O Governador do Estado, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 87, VII, e 71, § 1º, da Constituição Estadual, vetou o Projeto de Lei nº 323/91, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, o fazendo no prazo legal.

Assim, nada obsta a apreciação da proposição de veto em análise pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões em 19.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 066/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 141/91, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que dispõe sobre o livre acesso de ministros de cultos religiosos em hospitais públicos e privados para prestar assistência religiosa e espiritual aos doentes. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o veto.

OF/DTL/SAT/Nº 350/91

Curitiba, 26 de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 233/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 141/91, por julgá-lo, pela forma em que está posto, inexecutável e eivado de inconstitucionalidade.

No tocante ao seu aspecto formal, inviabiliza-se o projeto pela discrepância existente entre o "caput" do art. 1º e seu § 3º, senão vejamos: a primeira disposição impõe norma imperativa, permitindo o livre acesso aos ministros de cultos religiosos em hospitais, para prestarem assistência religiosa e espiritual aos doentes. Note-se que o autor refere-se a hospitais de uma forma genérica, cuja abrangência expande-se aos estabelecimentos da rede hos-

pítalar pública e privada.

Os §§ 1º e 2º estabelecem algumas normas para o exercício da pretendida autorização, tais como: condicionamento às regras determinadas pela direção do hospital quanto à presença de pessoas estranhas à equipe de saúde, aos centros e unidades de terapia intensiva, bem como anuência do paciente ou de seus parentes próximos, para ação de tal atendimento. Porém, o § 3º, assim expressa: "os hospitais particulares que mantenham qualquer vínculo com o Estado, deverão obedecer ao previsto no caput deste artigo".

Ora, no momento em que o citado parágrafo determina que os hospitais particulares que mantenham qualquer vínculo com o Estado deverão se submeter à norma contida no caput do artigo, taxativamente está eximindo-os do cumprimento das determinações contidas nos §§ 2º e 3º, o que faculta a possibilidade de livre acesso a todos os estabelecimentos de saúde, bem como em suas dependências.

Quanto ao aspecto atinente à inconstitucionalidade, deve-se frisar que o projeto não se harmoniza com as disposições do art. 19, da Carta Magna, que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, "estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público".

Neste caso, configuram-se duas situações a serem consideradas. A primeira diz respeito à permissão que o pretenso texto legal outorga aos ministros de cultos religiosos para prestar assistência religiosa e espiritual aos doentes em hospitais. A segunda, refere-se à ressalva que o artigo oferece, relacionado à colaboração de interesse público, na forma da lei.

Não há dúvida que as duas situações apontadas divergem do preceituado na Lei Maior, pois, no primeiro caso, ao editar a pretendida lei, estaria o Estado mantendo aliança clara e patente com cultos religiosos. Em segundo lugar, quando o art. 19, antes mencionado, impõe a ressalva na "forma da lei", é claro que remete à lei federal e não à lei estadual.

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO -

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 141/91, encontra-se publicado no D.A. nº 39, de 18.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER PROPOSIÇÃO Nº 066/91

V E T O:

A presente proposição veta o Projeto de Lei nº 141/91, de autoria do nobre Deputado João Iensen, que dispõe sobre o livre acesso de ministros de cultos religiosos em hospitais públicos e privados para prestar assistência religiosa e espiritual aos doentes, e que foi comunicada a esta Casa pelo Sr. Governador, através do Ofício DTL/SAT/nº 350/91.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos, e da análise dos argumentos que o Sr. Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos não tornam o veto sem condições de ser apreciado.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMILIA BELINATI

Relatora

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 067/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 337/91, de autoria do Deputado JOSE TAVARES, que denomina de Rodovia José Manoel Almeida, o trecho rodoviário entre Bela Vista do Paraíso e Sertãoópolis, ainda não nominado. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/Nº 351/91

Curitiba, 28 de outubro de 1991
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 257/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 337/91, tendo em vista que o trecho rodoviário em referência faz parte de rodovia já denominada em toda sua extensão, conforme Decreto nº 5.546, de 18.10.82, e que, caso a medida fosse acolhida, estaria havendo ofensa ao art. 238, da Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado
(O Projeto de Lei nº 337/91, foi publicado no D.A. nº 95, de 13.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 67/91

P A R E C E R:

A proposição em tela traz veto total aposto ao Projeto de Lei nº 337/91, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº 351/91, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual. O Senhor Governador vetou o referido Projeto usando da atribuição constitucional que lhe é conferida. A razão exposta pelo Chefe do Executivo para o mencionado veto é que a medida ofende o art. 238, da Carta Estadual, tendo em vista que o trecho rodoviário em referência faz parte de rodovia já denominada em toda sua extensão, conforme Decreto nº 5.546, de 18/10/82.

Diante do exposto a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 068/91, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 180/91, de autoria do Deputado ADEMAR TRAIANO, que dá nova redação ao "caput" do art. 67 da Lei nº 8.993/89. (C.R.E.). Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido do Veto.

OF/DTL/SAT/Nº 358/91

Curitiba, 31 de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 253/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 180/91, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo dar nova redação ao art. 67 da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

O Plano de Lei em exame-não mereceu acolhimento porque pretendo, nos próximos dias, tão logo os respectivos estudos estejam concluídos pela Secretaria de Estado

da Fazenda, encaminhar a essa Augusta Casa anteprojeto de lei consubstanciando alterações na legislação relativa ao ICMS, mais especificamente na Lei 8.933, de 26 de janeiro de 1989, no qual estará prevista a revogação do artigo 67, do referido diploma legal, que trata da aplicação da multa por reincidência, dispositivo este que não vem se mostrando equânime na sua aplicação, uma vez que penaliza mais facilmente os contribuintes que declaram o imposto, mas deixam de pagá-lo por qualquer motivo, do que aqueles que são sujeitos à exigência do crédito tributário mediante auto de infração, tornando-se portanto, no momento, inoportuna a alteração que se pretende via Projeto de Lei nº 180/91, pois estar-se-ia modificando um texto legal já praticamente em processo de revogação e como solução bem mais vantajosa ao contribuinte.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 180/91, foi publicado no D.A. nº 53, de 15.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 068/91

P A R E C E R:

A proposição em tela traz veto aposto ao Projeto de Lei nº 180/91, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº 358/91, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Chefe do Poder Executivo vetou o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe confere o Instituto Constitucional Estadual.

A razão exposta pelo Senhor Governador para o mencionado veto é que pretende, nos próximos dias, concluídos os estudos pela Secretaria de Estado da Fazenda, encaminhar a essa Casa anteprojeto de lei consubstanciando alterações na legislação relativa ao ICMS, especificamente na Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, no qual estará prevista a revogação do art. 67, do referido diploma legal, que trata da aplicação da multa por reincidência, dispositivo este que não vem se mostrando equânime na sua aplicação, uma vez que penaliza mais facilmente os contribuintes que declaram impostos, mas deixam de pagá-lo por qualquer motivo, do que aqueles

que são sujeitos à exigência do crédito tributário mediante auto de infração, tornando-se, portanto, no momento, inoportuna a alteração que se pretende via Projeto de Lei nº 180/91, pois estar-se-ia modificando um texto legal já praticamente em processo de revogação e como solução bem mais vantajosa ao contribuinte.

Diante do exposto a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 069/91, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 173/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/Nº 252/91

Curitiba, 28 de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 252/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o que dispõe o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 173/91 pelas razões adiante alinhadas.

Dispõe o autógrafo que fica assegurado aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino públicos ou particulares, o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, para praças esportivas e similares, estendendo tal benefício aos maiores de 65 anos.

Merece inicialmente ressaltar o fato de que o Poder Público Estadual não cabe intervir nas atividades da iniciativa privada, da maneira como dispõe o Projeto de Lei ora vetado, impondo critérios para fixação de preços pelos serviços de tal natureza postos à disposição da coletividade. No caso, caberia a participação do Estado apenas no sentido de oferecer maiores oportunidades de acesso à cultura, à educação e à ciência, através da promoção e patrocínio de eventos culturais, da realização de espetáculos nos teatros oficiais,

da organização e ampliação de bibliotecas públicas, tudo com vistas a garantir o acesso de todos às fontes da cultura nacional e ao apoio e incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais no Estado do Paraná.

Outro aspecto a ser considerado e que bem demonstra a impossibilidade de acolhimento à medida, é o da abrangência que o Projeto estende às fontes de cultura, ao arrolar em seu art. 1º, as casas de diversões a serem atingidas pelos efeitos da pretendida lei, incluindo nele os clubes, associações e outros estabelecimentos congêneres, expressando na parte final do § 1º, do art. 1º, quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento. Ora, nem sempre tais ambientes constituem-se em "fontes da cultura nacional", como quer o art. 215 da Magna Carta, dispositivo que o autor adotou para amparar o seu Projeto.

Esses motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 173/91 foi publicado no D.A. nº 51 de 13.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 069/91 - VETO

P A R E C E R:

A presente Proposição veta o Projeto de Lei nº 173/91, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, que institui pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento, e que foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT nº 361/91.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos, e da análise dos argumentos que o Senhor Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos não tornam o Veto sem condições de ser apreciado.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMILIA BELINATI

Relatora

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 070/91, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 253/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a alçada do Estado a estrada ligando os Municípios de Irati e Inácio Martins. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/SAT nº 362/91

Curitiba, 05 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 270/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 253/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a transferir para a Alçada do Estado, a estrada ligando os Municípios de Irati e Inácio Martins, passando pelas comunidades de Cerro de Leão, Gonçalves Júnior, Cerro da Ponte Alta, Cadeado e Itaparã.

O Plano de Lei em exame não mereceu acolhimento pelo simples fato de o Departamento de Estradas de Rodagem, segundo informações prestadas pela Secretaria de Estado dos Transportes, estar com sua capacidade operacional e orçamentária totalmente saturada e, portanto, sem condições de poder assumir quaisquer novos encargos, além daqueles considerados extremamente necessários e já programados.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 253/91, foi publicado no D.A. nº 70 de 17.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 253/91

P A R E C E R:

Como coube a nossa pessoa relatar o Veto Governamental aposto ao Projeto de Lei nº 253/91, expomos o seguinte:

1) O Excelentíssimo Senhor Governador está constitucionalmente amparado ao fazê-lo; e

2) realizou-o no prazo previsto no artigo 71, parágrafo 1º, da Carta Magna Es-

tadual.

Assim sendo, embora reconhecendo a dificuldade da manutenção da referida estrada por parte das Prefeituras Municipais, opinamos pela apreciação do Veto, pelo duto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 071/91, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 342/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que autoriza a doação definitiva às Prefeituras Municipais, das máquinas e caminhões recebidos em regime de comodato. Com Relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/SAT nº 363/91

Curitiba, 06 de novembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 244/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 342/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que fica o Poder Executivo autorizado a "doar" definitivamente às Prefeituras Municipais todas as máquinas e caminhões" entregues em regime de comodato.

O Plano de Lei em exame não mereceu acolhimento porque, pela forma ampla como está redigido, inclusive pela generalidade da expressão "máquinas", não teria, caso fosse adotado, as necessárias condições de tranqüila e perfeita exequibilidade, eis que sua abrangência, segundo informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, Órgão da Secretaria de Estado da Administração, seria muito grande e de difícil aferição em curto espaço de tempo, mormente nas entidades da Administração Indireta.

Por oportuno, vale lembrar a existência de legislação (Lei nº 5.406/66, alterada pela de nº 7.967/84) que permite ao Poder Executivo, na forma e condições que estabelece, fazer doações aos Municípios, de veículos automotores, máquinas e implementos de terraplenagem, agrícolas e industriais, quando considerados inservíveis ou desnecessários ao serviço público.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, resti-

tuo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 342/91, foi publicado no D.A. nº 96 de 14.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 071/91 - VETO INTEGRAL PROJETO DE LEI Nº 342/91

P A R E C E R:

Procedemos a devida análise, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, do veto integral aposto pelo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 342/91, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, que autoriza a doação definitiva às Prefeituras Municipais, das máquinas e caminhões recebidos em regime de comodato.

O Veto governamental deu-se na observância dos prazos constitucionais, merecendo, portanto, a análise deste Poder Legislativo, cabendo ao Plenário manifestar-se sobre o mérito da questão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 072/91, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI nº 311/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapejara, o imóvel que especifica. Com Relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/SAT nº 378/91

Curitiba, 19 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 300/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 311/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

- Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tapejara, as datas de terreno sob nºs 126, 127, 128, 129, 130, 131 e 132, do loteamento Cidade São Vicente de Tapejara, na sede do referido Município, havidas pelo Estado conforme transcrição nº 17.456, no Livro 3N, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

O não acolhimento ao Plano de Lei em exame decorre de pronunciamento expendido pela Secretaria de Estado da Administração, através de sua Coordenadoria do Patrimônio do Estado, esclarecendo que na área dos questionados lotes, que soma 3.430,00 m2 (três mil, quatrocentos e trinta metros quadrados) há uma edificação medindo 904,00 m2 (novecentos e quatro metros quadrados), esta não mencionada no texto do Projeto de Lei, que é atualmente ocupada por estabelecimento de ensino público e que, por suas grandes dimensões poderá, quando necessário, sediar órgãos da Administração Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexq, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 311/91, foi publicado no D.A. nº 90 de 06.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO GOVERNAMENTAL APOSTO

AO PROJETO DE LEI Nº 311/91

P A R E C E R:

Analisando o Veto Governamental aposto ao Projeto de Lei nº 311/91, constatamos o que a seguir descrevemos:

1 - O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado vetou a referida Proposição no prazo constitucional, conforme estabelece o Art. 71, § 1º, da Carta Magna Paranaense;

2 - de conformidade com o que preceitua o Artigo e Parágrafo acima citados, o Poder Executivo poderá vetar o Projeto, no todo ou em parte, se julgá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público. No presente caso, o Senhor Governador vetou-o por julgá-lo contrário ao interesse público, de acordo com as justificativas constantes do OF/DTL/SAT nº 378/91, de 19.11.91; e

3 - a Constituição Estadual Paranaense, no seu Artigo 87, VII, reza: "Compete privativamente ao Governador: VII - vetar Projeto de Lei, total ou parcialmente."

Diante do exposto, concluímos que a matéria está apta de ser apreciada pelo Plenário desta Casa, por satisfazer todos os requisitos constitucionais.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 073/91, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 391/91,

de autoria do Deputado SEVERINO FELIX, que declara de Utilidade Pública o Centro Social e Educacional da Paróquia de Leopólis, com sede no Município de Leopólis. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/SAT nº 379/91

Curitiba, 19 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 289/91, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 391/91, em razão do fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 7.384, de 03 de novembro de 1980, publicada no Diário Oficial do Estado, de 05.11.80.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 391/91, foi publicado no D.A. nº 109 de 04.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 73/91

P A R E C E R:

A proposição em tela traz Veto Governamental ao Projeto de Lei nº 391/91, que declara de Utilidade Pública o Centro Social e Educacional da Paróquia de Leopólis, situado na Cidade de Leopólis.

A negativa foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. A razão exposta pelo Senhor Governador é que a Entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

Sala da Comissões, em 03.12.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 074/91, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 375/91, de autoria do Deputado SEVERINO FELIX, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jataizinho a área que especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o

Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Mantido o Veto.

OF/DTL/SAT nº 380/91

Curitiba, 19 de novembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 302/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 375/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jataizinho, o lote nº 01, da quadra 29, da sede do referido município, medindo 800,00 m², havido pelo Estado conforme Transcrição nº 4.440, no Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Uraí.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração e pela Diretoria-Geral da Secretaria de Estado da Saúde, as quais esclarecem ser a pretendida doação contrária aos superiores interesses da Administração, tendo em vista que na questionada área está edificado o Posto de Saúde local e também porque há necessidade de regularização dos registros dos lotes da mesma quadra, assim como de edificações irregularmente feitas em lotes confrontantes de propriedade do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 375/91 foi publicado no D.A. nº 104, de 27.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO GOVERNAMENTAL APOSTO AO

PROJETO DE LEI Nº 375/91

P A R E C E R:

Ao examinarmos o protocolado nº 11509, que deu entrada nesta Casa em 20.11.91, deparamo-nos com o Veto aposto pelo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 375/91, de autoria do nobre Deputado Severino Félix, autorizando o Poder Executivo Estadual a doar área de 800,00 m², ao Município de Jataizinho.

Como o Veto Governamental preenche todos os requisitos dos arts. 71 e 87 da Constituição do Estado, no que concerne a prazo, motivo e competência, entendemos

que o mesmo está em condições de ser apreciado pelo douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à votação dos destaques. O Deputado Plauto Guimarães é autor dos dois Projetos e requer a votação global.

O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 20 Senhores Deputados. Não há "quorum" qualificado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 058/91, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 196/91, de autoria do Deputado PLAUTO MIRO GUIMARÃES, que institui o "Dia Estadual da Conscientização Política", conforme específica. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT nº 260/91

Curitiba, 16 de setembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 161/91 dessa Presidência e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 196/91, por julgá-lo contrário ao interesse público pelas razões adiante explicitadas.

Visa o autógrafo instituir o Dia Estadual da Conscientização Política em todo o Território do Estado do Paraná.

Ainda que pese a louvável preocupação do autor em despertar a consciência política do cidadão paranaense, a medida, de forma isolada e restrita como se apresenta, torna-se inócua e de eficácia contestável perante os fins a que se propõe.

A Escola Pública objetiva a formação do cidadão crítico e consciente, elemento capaz de atuar na sociedade com vista a torná-la mais justa, mais humana, mais intelectualizada e, em consequência, mais politizada. Para isso desenvolve-se no cotidiano dos estabelecimentos de ensino público um conjunto de conteúdos e atividades dirigidas à conscientização política

das novas gerações, prescindindo de uma data específica para a consecução de tais objetivos.

A escola pública caminha para a sua democratização em termos de facultar não só o acesso de todos os indivíduos ao saber socialmente acumulado, mas também em termos de propiciar a vivência dos verdadeiros valores democráticos. Deve, para tanto, ser incentivada a participação dos alunos na administração colegiada; a vivência de um processo que apresente como produto a conscientização política, que não se obtém através de debates, conferências ou quaisquer outras atividades esporádicas e sim através das condições viabilizadas no dia a dia das escolas. Assim, o estudante hoje já vivenciou o processo democrático de eleições de diretores, de ativação e fortalecimento dos grêmios estudantis, legítimos elementos de sua participação organizada. Também através dos regimentos escolares, que sofrem um contínuo processo de aprimoramento, os alunos vêem concretizados seus direitos e deveres.

Além das razões acima alinhadas, convém ressaltar que o uso de um dia letivo para práticas comemorativas extracurriculares, viria em detrimento de outras matérias componentes do conteúdo curricular regular, hoje tão sacrificado em razão dos inúmeros feriados previstos em leis federais, estaduais e municipais.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 196/91 foi publicado no D.A. nº 58, de 23.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 58/91

P A R E C E R:

O Veto apostado do Projeto de Lei nº 196/91, de autoria do nobre Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, que objetiva instituir o Dia Estadual de Conscientização Política, foi comunicado a esta Assembléia Legislativa através do Ofício DTL/SAT nº 260/91.

Usando das atribuições conferidas pelo Art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, o Excelentíssimo Senhor Governador vetou o Projeto de Lei nº 196/91, tendo cumprido todos os prazos constitucionais.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável à tramitação processual legislativa da ma-

téria, encontrando-se a mesma em perfeitas condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 065/91, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 283/91, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, que dispõe sobre o atendimento prioritário preferencial e especial das pessoas que especifica, em agências e postos bancários, estabelecimentos financeiros e similares, e dá outras providências. Sem Relatório. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT nº 349/91

Curitiba, 26 de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 235/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 283/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo estabelecer norma legal no sentido de que "todas as agências e postos bancários, estabelecimentos de crédito financeiro e instituições similares" estabelecidos no Estado do Paraná, fiquem obrigados a dar tratamento especial às

pessoas idosas, aos deficientes físicos e às demais que especifica.

Sem desmerecer a louvável preocupação do legislador em relação aos doentes e idosos, é conveniente ressaltar que a redação do projeto sob exame não é suficientemente clara e inteligível; sendo, portanto, incapaz de ensejar boa e tranqüila exequibilidade da medida que consubstancia. Além disso, tal projeto apresenta características de inconstitucionalidade, pois quando institui "competências" às administrações ou gerências das entidades financeiras, fere o disposto no art. 192, inciso IV, da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a votar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 283/91 foi publicado no D.A. nº 79, de 27.06.91).

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 2, para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 058/91 e 065/91.

Levanta-se a sessão.